

Clube exige US\$ 11 bi do



Jornal de Brasília • 7

País em 12 anos

Paris — Os representantes do governo brasileiro e dos países credores integrantes do Clube de Paris chegaram ontem à noite a um acordo de reescalonamento da dívida externa do Brasil. O País obteve um reescalonamento de US\$ 11 bilhões, em 12 anos, com dois de carência. No início das negociações, o governo brasileiro queria reescalonar US\$ 14 bilhões da dívida, em 18 ou 20 anos.

Para chegar ao acordo, o Brasil teve de concordar com a exigência dos credores de receber US\$ 4,1 bilhões até 1993. Os representantes brasileiros disseram que grande parte da dívida reescalada já havia sido negociada em 1983, 1987 e 1988. Segundo informaram, poucos países receberam esse benefício do Clube de Paris. Treze países participaram das negociações — Áustria, Bélgica, Canadá, Itália, França, Alemanha, Japão, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

As negociações, realizadas no Centro de Conferências do Ministério da Economia da França, foram difíceis. A falta de um acordo para o reescalonamento da dívida pública brasileira, estimada em US\$ 21 bilhões, teria um efeito altamente negativo no processo de normalização das relações do Brasil com a co-

munidade financeira internacional e chegou a ser admitida em Brasília pelo ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira. O presidente do Banco Central (BC) e chefe da delegação brasileira, Francisco Gros, mesmo reconhecendo a existência de muitos obstáculos, manifestava-se confiante em que o encontro pudesse terminar com um resultado positivo, "nem se fosse pelo cansaço dos participantes".

No início da noite, uma fonte do Tesouro francês afirmava que as negociações estavam muito mais próximas de um final feliz, mas não fechadas. O próprio presidente do Clube de Paris, Jean-Claude Trichet, foi ao centro de conferências e se reuniu com Gros e outros integrantes da delegação brasileira.

Apesar de não pretender entrar em detalhes da negociação, Gros explicou que a proposta brasileira apresentava o limite em que o País poderia chegar para honrar seus compromissos externos, não apenas com o Clube de Paris, mas também com os bancos privados. O Governo pretende estabelecer uma certa proporcionalidade para o pagamento das parcelas da sua dívida.